1. Responsável pelo processo:

Assessor Administrativo - FAPSBENTO

2. Histórico do documento

Histórico das alterações				
Rev.	Data	Descrição	Emissão/Revisão	Aprovação
01	08/2025	Criação do documento	Ana Maria	Juliano
02	08/2026	Revisão	Ana Maria	Juliano

3. Requisitos Gerais

A Compensação Previdenciária consiste no acerto financeiro entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, em aposentadorias e pensões concedidas a partir de 05 de outubro de 1988, em manutenção em 06 de maio de 1999. O Regime que forneceu a Certidão contribuirá com um percentual proporcional ao tempo utilizado na aposentadoria, permitindo o equilíbrio de contas entre os Entes. A operacionalização dessa atividade consiste em identificar, por meio de análise, as aposentadorias que se utilizaram da contagem de tempo de contribuição no âmbito do RGPS e/ou outro RPPS, portanto, objeto de compensação previdenciária.

4. Objetivo do Manual

O objetivo deste manual, é sistematizar o processo de Compensação Previdenciária do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal de Bento Gonçalves – FAPSBENTO.

5. Processo de Compensação Previdenciária

A cada final de concessão de aposentadoria/pensão, é necessário verificar se cabe compensação previdenciária. Para tanto, se procede análise criteriosa da documentação da aposentadoria ou pensão concedida, para a verificação se o benefício é passível de compensação. Os documentos que embasam a análise são os seguintes:

- Portaria de aposentadoria;
- Ficha funcional;
- Ficha financeira;
- Certidão de tempo de contribuição (CTC) emitida pelo RGPS ou RPPS;
- RG e CPF;
- Portaria de averbação de tempo;
- Registro da aposentadoria ou pensão junto ao TCE/RS;
- Certidão da Publicação oficial junto ao TCE/RS.

6. Detalhamento das atividades

6.1 Processo de cadastro de Requerimento no Sistema Novo COMPREV

A abertura de requerimentos de aposentadoria e pensão é realizada dentro do sistema COMPREV. O requerimento do Novo COMPREV, segue orientações do Governo Federal, e utiliza o CPF como chave. Ao informar o CPF do titular do benefício e clicar no botão pesquisar, é acessado um serviço do CNIS-PF (Pessoa Física) para buscar os dados atualizados do cidadão.

Os requerimentos serão abertos no menu Requerimento e os dados pessoais são trazidos pelo sistema. Em seguida, o usuário deverá escolher a destinação (tipo de regime de origem), para onde deseja enviar o requerimento por tipo de entidade (Federal, estadual ou Municipal). Por fim, clicar em salvar, o sistema apresentará a mensagem de sucesso “Requerimento aberto.”

Além do requerimento de Aposentadoria, também é possível requerer compensação para uma Pensão. No requerimento de pensão, é necessário informar o CPF do titular do benefício da Aposentadoria e clicar no botão pesquisar. Selecionar o destinatário e a matrícula. Em seguida informar os dados do benefício de pensão.

6.2 Processo de Análise de Requerimentos RGPS e RPPS

Tanto para o RGPS quanto para o RPPS, a análise dos requerimentos segue a ordem cronológica em que são encaminhados para aguardando análise. O sistema só permite analisar o requerimento de acordo com a data de disponibilização para análise. Após a seleção do requerimento a ser analisado, em Ações, o usuário vai analisar o requerimento.

O usuário seleciona o requerimento a ser analisado, seguindo a ordem de análise. Neste momento o usuário poderá criar nova exigência para o requerimento, poderá deferir, indeferir, ou suspender a análise do requerimento, somente quando o requerimento estiver no estado em análise. Após Finalizar a análise, o sistema informa que o requerimento foi analisado, retornando para a tela inicial de análise.

6.3 Processo de Análise Médica – Requerimento por Invalidez

Um requerimento por invalidez é originado de um benefício por invalidez onde já houve uma perícia médica atestando a doença. No COMPREV era necessário o envio do Laudo Médico para compor os documentos obrigatórios para o requerimento entrar em análise. No Novo COMPREV, o Laudo médico deixa de ser uma exigência.

Ao consultar o requerimento recém criado pelo analista RPPS, o requerimento aparece no estado “Aguardando análise do Médico Perito”, podendo apenas ser consultado.

Para verificar se ele se enquadrava ou não como um benefício passível de compensação, hoje o Médico Perito do próprio Ente Federativo é quem fará a análise, dizendo se o requerimento é passível de compensação ou não.

O Médico Perito terá um acesso específico onde apenas responderá duas perguntas, respondendo “Sim” ou “Não”, se é invalidez acidentária e se a doença se enquadra ou não no artigo 151 da lei 8213/91, emitindo o seu parecer no sistema.

Se o requerimento for passível de compensação, o sistema encaminha para análise e o requerimento segue o fluxo normal dos demais tipos de requerimento. E se não for passível de compensação, o requerimento é indeferido.

6.4 Requerimentos em Exigência

Essa funcionalidade visa evitar Indeferimentos desnecessários. O Analista COMPREV do RPPS, ao acessar o sistema no menu Exigência / Por Prescrição, consultará os requerimentos que estão em exigência, aguardando upload de documentos e informações faltantes. Na aba ações, é possível anexar os documentos faltantes para cumprir as exigências do requerimento.

Ao anexar o último documento, o sistema emite mensagem de documento anexado com sucesso, exigência encerrada, saindo este da lista de requerimentos em exigência do analista RPPS.

6.5 Rejeição de Requerimento

A rejeição do requerimento pelo solicitante também é possível por meio da função de consulta. Caso o requerimento esteja nos estados “Em exigência” ou “Aguardando Análise”, o solicitante poderá acionar o botão Rejeitar. Para rejeitar um requerimento, é necessário informar o motivo e um texto para justificar e rejeição.

6.6 Relatórios / Pagamentos

O objetivo da consulta dos relatórios de requerimentos pagamentos, requerimentos totalizadores por estado e dos relatórios é fornecer informações para a compensação previdenciária aos diversos regimes. Para isso, basta o usuário preencher os campos obrigatórios de (Competência Inicial e Competência Final) determinando o espaço de tempo a ser filtrado. Após, é possível visualizar os pagamentos e valores a receber dos RGPS e RPPS.

6.7 Relatórios / Requerimentos (Totalizadores por Estado)

Neste relatório, é disponibilizado a função de visualização da quantidade de requerimentos cadastrados no sistema e o estado dos mesmos, com a possibilidade de filtrar entre RGPS e RPPS ou ambos. O analista deverá marcar um dos campos do filtro básico, tendo duas possibilidades de filtro: Por Participante e Geral.

6.8 Fluxograma do Processo

